



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS-PORTUGUÊS**

BRUNA BEZERRA DE ARAÚJO

**A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ÂMBITO DA
LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**GUARABIRA - PB
2024**

BRUNA BEZERRA DE ARAÚJO

**A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ÂMBITO DA
LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação /Departamento do Curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Letras-Português.

Área de concentração: Leitura, Gêneros Textuais/Discursivos e Ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Anilda Costa Alves

**GUARABIRA-PB
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663i Araujo, Bruna Bezerra de.
A importância da inserção de crianças autistas no âmbito da leitura na educação infantil [manuscrito] / Bruna Bezerra de Araujo. - 2024.
40 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugêses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.
"Orientação : Profa. Dra. Anilda Costa Alves, Departamento de Letras - CH. "
1. Leitura. 2. Autismo. 3. Práticas pedagógicas. 4. Crianças. I. Título

21. ed. CDD 371.9

BRUNA BEZERRA DE ARAÚJO

A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ÂMBITO DA
LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação/ Departamento do Curso de Letras da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Letras-Português.

Área de concentração: Leitura, Gêneros Textuais/Discursivos e Ensino.

Aprovada em: 13/06/2024.



A Deus, criador da minha história e protetor dos meus dias.
Aos meus pais, por todo incentivo de coragem e perseverança, DEDICO.

“Todas as crianças podem aprender a se desenvolver... As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois o aprendizado, adequadamente organizado, resulta em desenvolvimento mental.”

(Vygotsky)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Níveis de suporte do autismo	13
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Associação Psiquiátrica Americana
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DMS-5	Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LBI	Lei Brasileira da Inclusão de Pessoas Especiais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PNEE	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
TEA	Transtorno do Espectro Autista
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	AUTISMO E A LEITURA COMO UM PROCESSO DE INCLUSÃO ...	11
2.1	A literatura infantil.....	15
2.2	A leitura na Educação Infantil.....	17
2.3	Documentos que norteiam a legislação educacional inclusiva.....	19
2.4	Autismo e ambiente escolar.....	21
3	METODOLOGIA	24
4	IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA CRIANÇA AUTISTA	25
4.1	Desenvolvimento infantil e o espectro autista numa visão vygotskyana.....	28
5	MÉTODOS E PRÁTICAS DE LEITURA PARA CRIANÇAS COM TEA: POR ONDE COMEÇAR?.....	31
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS.....	36

A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ÂMBITO DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bruna Bezerra de Araújo^{1*}

RESUMO

A leitura no contexto da educação infantil consiste em colaborar para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da criança. Nesta perspectiva, esta pesquisa buscou retratar sobre a importância da inserção de alunos autistas no âmbito da leitura, como forma de contribuir para fatores inclusivos no ambiente escolar e aspectos desenvolvimentistas no indivíduo com TEA. Com isso, tem-se como objetivo geral abordar sobre a significância de trabalhar a leitura com crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e como incluí-las no contexto literário na educação infantil. A presente pesquisa utilizou-se de uma abordagem metodológica qualitativa de caráter descritivo. Em relação à fundamentação teórica, foram utilizados estudos como os de Cunha (2012) e Cruz (2014) sobre o ambiente de ensino e as práticas pedagógicas a serem utilizadas para a inserção do aluno autista no contexto de ensino; Gomes (2015), em relação ao ensino de leitura; Associação Psiquiátrica Americana - APA (2014), Peetersen (1998), Aarons e Gittens (1992), no que concebe um melhor entendimento sobre o autismo; Gaiato e Teixeira (2018) e Gaiato (2018), no que diz respeito a comportamentos e características da pessoa com TEA; Abramovich (2009), Cunha (1987) e Zilberman (2003), sobre a importância da literatura infantil para a criança e a sua significância na educação infantil; Cristóvão (2010) sobre a significância da literatura infantil no processo de inclusão; Vygotsky (1991;2014), que discorre sobre as teorias do desenvolvimento infantil; além dos documentos que norteiam a educação, como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEE (Brasil, 2008), dentre outros. Portanto, esses aspectos serviram para observar a significância da temática e, principalmente, enfatizar o ensino de leitura para as referidas crianças como fonte de criação do protagonismo do indivíduo e da socialização inclusiva do ambiente em que está inserido.

Palavras-Chave: leitura; autismo; práticas pedagógicas; crianças.

THE IMPORTANCE OF INSERTING AUTISTIC CHILDREN IN READING PRACTICES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT

Reading in early childhood education entails helping to enhance the child's teaching and learning abilities. From this perspective, the purpose of this study was to demonstrate the significance of involving autistic kids in the context of reading as a means of contributing to inclusive characteristics in the school environment and

¹ Graduanda em Letras-Português pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

developmental aspects in people with ASD. addresses the significance of working on reading with children with Autism Spectrum Disorder (ASD) and how to include them in the literary context in early childhood education. The current study employed a qualitative, descriptive methodology. In terms of the theoretical foundation, studies such as those by Cunha (2012) and Cruz (2014) were used on the teaching environment and the pedagogical practices to be used for the insertion of autistic students in the teaching context; Gomes (2015), in relation to teaching reading; American Psychiatric Association - APA (2014); Peetersen (1998), Aarons and Gittens (1992), which contribute to a better understanding of autism; Gaiato and Teixeira (2018) and Gaiato (2018), with regard to the behaviors and characteristics of the person with ASD; Abramovich (2009), Cunha (1987), and Zilberman (2003), on the importance of children's literature for children and its significance in early childhood education; Cristóvão (2010) analyzing the role of children's literature in the inclusion process; Vygotsky (1991,2014) discussing child development theories; In addition to the papers that guide education, such as the Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) and the Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE) (Brasil, 2008). As a result, these elements contributed to highlight the importance of the theme and, more specifically, to emphasize the teaching of reading to young children as a means of developing the individual's protagonism and inclusive socialization of the environment in which they are placed.

Keywords: reading; autism; pedagogical practices; children.

1 INTRODUÇÃO

É incontestável a importância da leitura e os diversos benefícios que essa prática tende a oferecer às crianças. Diante desse contexto, a literatura infantil tem grande valia, uma vez que desde o seu surgimento, na Antiguidade, a literatura tem sido usada para expressar sentimentos e passar conhecimento ao leitor. Partindo disso, sabe-se que o gênero literário é utilizado de diversas formas e maneiras, seja no contexto escolar, em seu viés pedagógico ou, até mesmo, em conhecimento de mundo. Em concordância a isso, na educação infantil, a leitura é direcionada para promover a criança o contato com o mundo dos livros e, diante dessa percepção, busca-se proporcionar a ela a socialização com os seus pares, além da sua importância perante os benefícios que corroboram com essa prática.

Partindo para outro contexto, sabe-se que cada criança tem uma forma e tempo de se desenvolver e isso não seria diferente com os alunos com transtorno do espectro autista (TEA). Além disso, sabemos que a inclusão do aluno autista no ambiente escolar é algo desafiador e necessário, mas que também precisa ser realizado de maneira adequada, para possibilitar à criança o contato com o meio social e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, outro fator a ser pensado, é a importância e a significância dessas crianças estarem no âmbito de ensino. Assim, conforme ressalta Gaiato (2018), o ambiente escolar funciona como um espaço importante para a estimulação da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno autista e deve garantir as

oportunidades de socialização. Diante disso, outro aspecto que pode ser benéfico para a referida criança é a leitura, desde que ela seja desenvolvida mediante práticas adequadas, a fim de possibilitar ao educando autista os benefícios que tal inserção tende a oferecer. No entanto, nesse segmento, sabemos que essa intervenção tende a acontecer de forma sucinta e pouco sistemática, devido às circunstâncias e as especificidades que envolvem o autismo e toda dificuldade perante os indivíduos autistas.

Considerando a problemática supracitada, o modo de ensinar qualquer assunto para uma criança autista tende a ser adaptado. Assim, sabendo que cada indivíduo é único e possui seu próprio processo de desenvolvimento, a prática de ensino de leitura pode propiciar experiência através da literatura e do contato com os diversos tipos de livro, principalmente os repletos de imagens, que possam chamar a atenção do pequeno leitor. Além disso, favorecer o interesse restrito da criança em determinado personagem, em virtude de utilizar-se de maneira favorável de uma das principais características do autismo, que é o interesse restritivo. Com isso, quanto mais acesso aos livros, maiores poderão ser as chances da obtenção de benefícios na vida desses alunos. Dessa forma, muito além do ganho gerado pela leitura que começa na infância, o ato de ler tende a ser como uma construção de sujeito perante o mundo e nisso a inclusão é algo indispensável.

Ademais, no que concebe a questão da inclusão, a referida temática (ainda) pode ser considerada relativamente nova. Essa afirmação dá-se mediante as buscas sistemáticas feitas em repositórios de instituições de ensino superior pelo assunto em questão e o baixo número de trabalhos encontrados que envolvam a significância da leitura para educandos autistas na educação infantil. Nesse Cenário, abordar sobre o assunto em questão torna-se extremamente necessário perante o contexto de ensino e social que se referem os meios da inserção dos educandos autistas no ambiente escolar, uma vez que com o passar dos anos poderão existir mais alunos com TEA nas escolas e, diante disso, as práticas de ensino, inclusão e socialização devem ser discutidas e problematizadas de forma mais abrangente.

Nesse sentido, sabe-se que a literatura abarca diversas temáticas importantes e que merece (e por que não dizer, deve!) ser lida e apreciada por diversos tipos de leitores. É preciso apresentar às crianças autistas da educação infantil o mundo mágico literário, como também, incluí-las e socializá-las aos demais que dividem o ambiente juntamente com elas.

Partindo para o viés do contexto social e escolar, é necessário abordar sobre o autismo, pois, ao darmos visibilidade ao assunto, permitimos contribuir com o combate ao estigma que está associado a esse tema. Mas para isso se tornar realidade e a inclusão obter uma maior difusão no ambiente escolar, tendo como foco as práticas de leitura, de que forma apresentar a leitura aos alunos autistas?

Diante dessa percepção, este trabalho tem como objetivo geral abordar sobre a significância de trabalhar a leitura com crianças com transtorno do espectro autista (TEA) e como incluí-las no contexto literário na educação infantil. Desse modo, apresenta-se como objetivos específicos: (i) discutir a prática da inclusão juntamente com a leitura; (ii) compreender de que forma o processo de leitura pode ajudar no desenvolvimento cognitivo dos alunos autistas; (iii) apontar formas de iniciar a inserção dos livros e da leitura às crianças autistas através do modelo de emparelhamento de palavras.

Assim, essa pesquisa metodológica de cunho qualitativo e de natureza descritiva busca evidenciar, através de análises de estudos já desenvolvidos sobre a referida temática, as formas e práticas de promover a inserção da leitura e os métodos de

colocar essa discussão em prática no contexto do ambiente escolar. Sendo assim, é importante abordar esse assunto e expandir um maior conhecimento sobre o autismo e o processo de leitura para crianças atípicas, em virtude de que boa parte da sociedade ainda tem um conhecimento superficial sobre a temática e principalmente como praticar a inclusão de forma mais adequada no contexto escolar, mais especificamente no que concebe a leitura.

Além disso, torna-se necessário darmos um enfoque à leitura, em razão de que essa prática é essencial para o ser humano e está inteiramente ligada a diversas atividades e ao ensino-aprendizagem. Logo, ao direcionarmos isto para a educação infantil, buscamos evidenciar que ela é a base do ensino e que deve propiciar aos educandos autistas fatores que favoreçam seu desenvolvimento enquanto educando e pessoa, uma vez que esses indivíduos serão, futuramente, alunos de ensino fundamental e médio, e ao obterem uma base de ensino adequada, poderão, possivelmente, usufruir desses aspectos em sua vida escolar.

O presente trabalho apresenta como embasamento teórico os estudos de Cunha (2012) e Cruz (2014), em relação ao ambiente de ensino e as práticas pedagógicas para a inclusão do aluno autista no contexto de ensino; Gomes (2015) sobre o ensino de leitura para autistas; Peetersen (1998), Aarons e Gittens (1992), no que concebe um melhor entendimento acerca do autismo; Gaiato e Teixeira (2018) e Gaiato (2018), no que diz respeito a comportamentos e características da pessoa com TEA; Abramovich (2009) e Cunha (1987), sobre a importância da literatura infantil para a criança; Zilberman (2003), acerca da significância da literatura na educação infantil; Vygotsky (1991; 2014), sobre as teorias do desenvolvimento infantil; além de documentos que norteiam a educação, como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEE (Brasil, 2008), sobre o que concebe o direito à educação e o ensino inclusivo, dentre outros.

Nesta pesquisa, além dessa seção introdutória, abordaremos, na Seção 2, sobre as características do autismo e a inclusão da leitura no contexto da educação infantil, juntamente com a fundamentação teórica; na Seção 3, trazemos a abordagem metodológica que norteou o estudo; na Seção 4, tratamos sobre a importância da leitura para a criança autista, além de enfatizamos sobre o desenvolvimento infantil e o TEA; na Seção 5, discutimos sobre como iniciar o processo de leitura para os educandos atípicos; e, para finalizar, na Seção 6, trazemos as nossas considerações finais, em que retomamos os nossos objetivos, discutindo-os de forma sucinta.

2 AUTISMO E A LEITURA COMO UM PROCESSO DE INCLUSÃO

Os estudos acerca do autismo iniciaram em meados de 1943, após o psiquiatra Leo Kanner (1894-1981) começar a observar crianças que possuíam comportamentos atípicos e repetitivos com relação à necessidade e capacidade em procurar por relações sociais comuns, denominado pelo referido profissional como “Distúrbios autísticos do contato afetivo”. Após a publicação de Kanner, outro estudo surgiu, no qual Hans Asperger (1906-1980) publicou, no ano seguinte, resultados de quadros clínicos semelhantes aos do psiquiatra austríaco, como, a dificuldade em estabelecer o contato afetivo e a interação. Partindo disso, o transtorno do espectro autista (TEA) é uma condição caracterizada por comprometimento na interação social e na comunicação, em que as pessoas com autismo têm comportamentos repetitivos e restritivos, além de apresentar prejuízos da linguagem verbal e não verbal.

Diante desse contexto, as pesquisas acerca do assunto passaram a ser intensificadas mediante a necessidade de um conhecimento mais específico do que envolve o autismo e as suas particularidades. Isso se deu perante o alto número de casos de autismo que vem surgindo a cada ano, fazendo com que se tenha um olhar mais atento a essa circunstância. Assim, perante as evidências científicas que têm surgido, tem-se um maior conhecimento sobre o TEA, fazendo-se necessário ampliar tais conhecimentos para o âmbito social, trazendo destaque para o ambiente escolar.

Neste segmento, é necessário enfatizar e compreender o que acontece no autismo. Assim, segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o TEA é uma condição que

caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação, usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos (Apa, 2014, p. 32).

Diante disso, essas características implicam em déficits de desenvolvimento cognitivo que necessitam de acompanhamento profissional e terapêutico. Partindo para o contexto infantil, os sinais do autismo começam a aparecer já nos primeiros anos de vida, mas, cabe ressaltar, que cada diagnóstico é único e que nem todos os diagnósticos são realizados em uma mesma faixa etária de idade. Assim, ao ser diagnosticada, a criança com o espectro autista necessita de um acompanhamento individualizado para as suas limitações e necessidades perante as implicações que o TEA ocasiona para a sua vida.

Além do mais, o TEA apresenta algumas características semelhantes nas pessoas, seja na interação da comunicação, na dificuldade da fala, ou até mesmo na interação social, mas que nem todos reagem da mesma maneira. Nesse sentido, é importante ressaltar, que os níveis de autismo são classificados com base no suporte necessário que cada indivíduo apresenta, de acordo com suas particularidades e dificuldades. Nesse segmento, a avaliação da criança deve possuir um olhar atencioso acerca das características que ela apresenta, conforme ressalta Petersen e Wainer (2011):

A avaliação diagnóstica de crianças com suspeita de autismo deve compreender uma observação dos aqueles presentes no curso normal do desenvolvimento infantil, em especial, nas dimensões de orientação e comunicação social, e não ser apenas uma checagem da presença ou ausência de sintomas (Petersen e Wainer, 2011, p. 87).

De acordo com o trecho supracitado, as avaliações de suspeitas de TEA devem observar se o indivíduo possui as habilidades consideradas essenciais de uma criança que está em seu desenvolvimento. Em virtude disso, é ressaltado que essas circunstâncias direcionam para o diagnóstico, ocasionando em um acompanhamento individualizado, o que irá incluir o acompanhamento de diversos profissionais.

Baseado nisso, o autismo é composto por um amplo espectro de especificidades que afeta o indivíduo de diversas maneiras. Assim, a Associação Psiquiátrica Americana (APA), em seu manual de diagnósticos e estatístico (DSM-5), caracteriza os níveis de suporte da seguinte forma:

Quadro 1: Níveis de suporte do autismo

Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamento restritos e repetitivos
Nível 3 “Exigindo apoio muito substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e respostas mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia interações e, quando faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidade e reage somente a abordagens sociais muito diferentes.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com mudança ou outros comportamentos restritivos/repetitivos que interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento e/ou dificuldade para mudar foco ou ações.
Nível 2 “Exigindo apoio substancial”	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com mudança ou outros comportamentos restritivos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
Nível 1 “Exigindo apoio”	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com outros e cujas tentativas de fazer amizade são estranhas e comumente malsucedidas.	Inflexibilidade do comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Fonte: American Psychiatric Association, 2014. p. 52.

Em virtude disso, é cabível ressaltar que o nível de suporte não resume o autista, uma vez que o espectro se manifesta em cada pessoa de forma e contexto diferentes. Cada indivíduo com TEA possui habilidades e necessidades únicas e, através disso, merece um olhar significativo para a sua singularidade e individualidade perante as necessidades específicas. Assim, ao observarmos as dificuldades e circunstâncias que envolvem o autismo, torna-se significativo enfatizar a importância da inserção dos alunos atípicos no mundo da leitura como uma espécie de suporte no que concebe o desenvolvimento cognitivo e de forma inclusiva em razão do ambiente escolar se manifestar como um espaço inerentemente sociável.

Ainda sob esse viés, muitos profissionais que trabalham e pesquisam sobre o autismo afirmam, através de estudos, sobre a importância da inserção dessas pessoas em lugares que possam construir sua identidade e, com isso, entende-se que a escola possa vir a ser um desses ambientes, em virtude de se configurar como um

espaço privilegiado para interações, trocas e aprendizados. Com base nesse pensamento e conciliando com os estudos de Oliveira (1997) nas teorias de Vygotsky, é notável que o ambiente social se caracteriza como um espaço de mediação das relações do sujeito com o mundo através dos símbolos e da linguagem e estes, por sua vez, definem os mecanismos psicológicos e formas de agir no mundo.

Ademais, quando levamos esse pensamento psicológico para o âmbito da leitura, podemos perceber que os livros podem ser esse ambiente social de incluir e contribuir para o desenvolvimento social e de autonomia. A partir disso, os processos de aprendizagem baseados nesses aspectos tendem a ser realizados de forma planejada e executada de acordo com o desenvolvimento de cada indivíduo, uma vez que “[...] a criança cujo desenvolvimento está complicado por um defeito não é simplesmente menos desenvolvida que seus pares normais, mas se desenvolve de outro modo.” (Oliveira, 1997, p.12).

Em decorrência disso, é importante ressaltar as diferentes percepções que cercam o autismo e os aspectos que envolvem o assunto. Mesmo com os avanços que ocorrem ano após ano, ainda se perpetua na sociedade um conhecimento escasso sobre a temática, e principalmente, o preconceito em relação ao TEA. Em razão disso, torna-se necessário evidenciar a luta pelos direitos que são dirigidos perante as leis, mas que, muitas das vezes, acabam por ficar apenas no papel.

Partindo para a circunstância da leitura, ao incluir a literatura infantil no contexto da criança autista, cria-se nela diversas possibilidades e proporcionam fatores benéficos para o seu desenvolvimento. Isso se torna possível através da construção de possibilidades perante esse cenário da inclusão e dos métodos de quem irá mediar essa atividade. Corroborando com essa questão, Cunha (2012) ressalta que construir possibilidades para a criança autista, cria-se nela a liberdade e o direito de ser e estar. Assim,

Construir uma ideia a respeito do que o outro pensa, sentimentos, expressões de tristeza e amor, ou perceber o sentido e a subjetividade das ações, torna-se demasiado compreender ente completo no autismo. A dificuldade para reconhecer o afeto de outras pessoas provoca também isolamento (Cunha, 2012, p. 39).

Dialogando com o pensamento supracitado, observa-se que a interação é necessária e de extrema importância no que diz respeito à socialização da referida criança, visto que mesmo com os obstáculos que dificultam a socialização desses indivíduos, deve-se ocorrer perante os meios apropriados, utilizando-se sempre de uma linguagem e comandos claros, sem que haja duplo sentido, a fim de colaborar com as possibilidades de interpretações e desenvolvimentistas da criança.

Além desse viés, sabe-se que muito ainda se tem a ser discutido e trabalhado acerca do autismo e da inclusão perante esse perspectiva no contexto escolar. Fatores como as práticas inclusivas e metodológicas, como privilegiar as habilidades já possuídas e adaptar o ensino para o educando autista, são indispensáveis para se obter a inclusão, já que quanto maior for a persistência do estímulo e os métodos adequados, maior será o benefício na vida desses indivíduos.

Sob o viés educacional, as pessoas com TEA enfrentam diversos desafios em relação ao processo do ensino-aprendizagem e da leitura. Porém, seja qual for a dificuldade e as características de cada um, é possível, através de técnicas sistemáticas, incentivo e mediação adequada, realizar estímulos simples e diários que possam trazer benefícios. Nesse contexto, o apoio ao desenvolvimento de cada

indivíduo junto com as práticas executadas de acordo com o funcionamento cognitivo e psicológico torna-se necessário para que a evolução da criança possa ser alcançada.

Ademais, torna-se importante evidenciar a necessidade dessa inserção de leitura para crianças autistas no contexto do ambiente escolar. Sabe-se que mesmo com a luta pela inclusão dos indivíduos com TEA em diversos âmbitos, ainda se tem uma grande lacuna acerca do assunto. Com isso, é fundamental compreender o que é o transtorno do espectro autista, para que as crianças atípicas possam ser envolvidas em práticas que abarquem a sua qualidade de vida e se tornem inclusivas em diversos ambientes sociais. Ao levarmos esse pensamento para a questão da leitura, o mundo literário pode servir como grande suporte, já que o ato de ler contribui para o funcionamento do cérebro e isso se torna além do tratamento e dos meios já existentes que servem de ajuda para os autistas. Com isso, os livros podem ser apresentados de diversas formas, podendo ser adaptados ou até mesmo os que são usados, de forma geral, com o público infantil.

2.1 A literatura infantil

A literatura infantil surgiu no Brasil em meados de 1922, através das primeiras obras publicadas por alguns autores, entre eles, Olavo Bilac, para o referido público. Além disso, teve Monteiro Lobato como um dos principais precursores, considerando que ele favoreceu e difundiu a ampliação do gênero literário infantil. Assim, antes disso, as crianças, só tinham acesso à leitura vinda da Europa, contextualizando, assim, o período do colonialismo. Nesse segmento, Cunha (1897, p.20) ressalta que “no Brasil, como não poderia deixar de ser, a literatura infantil tem início com obras pedagógicas e, sobretudo, adaptada as produções portuguesas, demonstrando a dependência de colônias”. Nesse contexto, a literatura passou a possuir diversos âmbitos, dentre eles, o pedagógico e o social e, com isso, no que concebe a educação infantil, está diretamente ligada com o ensino-aprendizagem da criança, possibilitando adentrar ao mundo imaginário dos livros infantis no ambiente de ensino.

Diante disso, a literatura infantil atua como um mecanismo para introduzir os pequenos leitores ao fantástico mundo de imaginações. Além de envolver a criança em novos hábitos como o de ler, ela também serve de apoio para o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos. Sendo assim, a literatura convém como forma de incluir o público infantil, seja em uma roda de leitura, no desenvolvimento do ensino-aprendizagem ou em uma leitura visual de imagens presentes nos livros, servindo de apoio para o desenvolvimento de habilidades e fatores cognitivos do leitor.

Além disso, a literatura infantil abarca diversos gêneros, tais como os contos, as crônicas, as histórias em quadrinhos e podendo ser até mesmo apenas com ilustrações, os livros de imagem, uma vez que será a partir dela que a criança poderá desenvolver o gosto pela leitura e construirá o hábito que poderá levar por toda a vida.

Além dessa perspectiva, durante essa etapa de apresentar um livro a uma criança, possivelmente, cria-se nela o incentivo de tentar descobrir quais os tipos de livros que sentirá mais atração e que consigam enxergar na literatura um meio de aprendizagem e conhecimento. Corroborando essa perspectiva, Cunha (1897), ressalta que a literatura infantil tem a capacidade de provocar a emoção, o prazer, o entretenimento, a fantasia, a identificação e o interesse da criança.

Nesse contexto, a leitura de tais textos literários tem como um dos seus principais objetivos contribuir para a formação e desenvolvimento do leitor, como também, disponibilizar conhecimento de mundo. Cada livro possui sua singularidade e diante do olhar da criança ele consegue transpassar sua história, além de mostrar os mais diversos tipos de assuntos que se referem ao público que esse gênero se insere. Assim, quando se olha para a importância da literatura infantil, é possível entender que vai além de uma simples leitura, visto que juntamente com o contato com os livros, pode-se ter um maior estímulo para a aprendizagem. Diante disso, Coelho (2000) define que a literatura infantil possui o poder de mexer com o imaginário, formalizando assim o poder da sua arte:

A literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte, fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização (Coelho, 2000, p.27).

Perante a perspectiva exposta acima, a literatura infantil possui uma relevância de diversos fatores e, além dos citados, possui o poder do emocional, da autonomia e do fator pensante que venha a ser estimulado na criança através de histórias que possuem o poder de mexer com as emoções e, conseqüentemente, com o agir do cérebro. Além do mais, o ato de ler também está ligado diretamente a compreender o contexto da história presente no livro, além de poder transparecer diferentes ideias sobre temáticas específicas.

Quando se observa a importância da leitura para crianças autistas, pode-se pensar na ajuda para o desenvolvimento cognitivo e os benefícios que o gênero literário venha oferecer aos indivíduos com TEA, visto que esse processo pode ajudar na comunicação com o outro e na interação. Ainda nessa percepção, cabe ressaltar que esse processo requer um olhar atencioso diante das especificidades e, sobretudo, desenvolvido de forma sistemática. Em seus estudos, Vygotsky (1991) observa que o ensino deve ocorrer de forma organizada, visto que a leitura e a escrita atuam como mecanismos importantes para a formação pessoal da criança, com um significado relevante para a sua vivência social. Nesse sentido, a leitura oferece diversos benefícios, desde que seja trabalhada da maneira adequada, obedecendo a cada dificuldade que venha a aparecer e o tempo de desenvolvimento do autista. Em concordância a isso, Zardo e Freitas (2004) reitera essa perspectiva de utilizar a literatura infantil como um meio de inclusão.

A literatura infantil pode ser o cerne da construção de uma educação inclusiva, pois operando a partir de sugestões fornecidas pela fantasia e imaginação, socializa formas que permitem a compreensão dos problemas e demonstra-se como ponto de partida para o conhecimento real e a adoção de uma atitude que valorize as diferenças e as particularidades (Zardo e Freitas, 2004, p.2).

Sob a perspectiva de Zardo e Freitas (2004), a literatura infantil pode ser um intermédio da inserção de uma educação inclusiva, que abrange diversos leitores e características. A exemplo disso, pode-se considerar os livros que contenham histórias de personagens com características semelhantes às do leitor, para que as crianças, através da mediação de um adulto, possam vir a perceber que as diferenças também estão presentes nas historinhas que tanto gostam de ler/ouvir, contribuindo, assim, para o processo de construção de identidade, aceitação.

Nessa perspectiva, muito além de se desenvolver, a criança com espectro autista necessita e deve ser incluída nesse âmbito literário, onde são inúmeros aspectos positivos que possam aparecer, além de ajudar em todo processo de desenvolvimento e de vida dos referidos indivíduos. Portanto, para esse funcionamento ser colocado em prática e tornar-se inclusivo, é preciso pensar no ambiente, já que alguns autistas não se sentem bem em lugares barulhentos em razão dos fatores sensoriais. Ademais, o interesse da criança sobre determinado assunto ou tema também deve ser considerado, além do processo acerca desses aspectos que tendem a ser lentos e desgastantes.

Assim, referente a essas circunstâncias, e como afirma Vygotsky (1991), é preciso que as interações entre os diferentes sejam valorizadas e incentivadas pelo ambiente em que elas estão inseridas, pois isso implica alunos autistas que se encontram em diversas etapas do desenvolvimento. Diante disso, a literatura infantil tem grande importância em diversos aspectos, seja apenas ouvindo a leitura feita pelo mediador ou lendo:

A importância da literatura infantil se dá no momento em que a criança toma contato oralmente com ela, e não somente quando se torna leitora. Dessa forma, ouvir histórias tem uma importância que vai além do prazer. É através dela que a criança pode conhecer coisas novas, para que seja iniciada a construção da linguagem, da oralidade, de ideias, valores e sentimentos, os quais ajudarão na sua formação pessoal (Barros, 2013, p. 22).

Diante desse pensamento de Barros (2013), observa-se que a literatura infantil inicia sua importância para a criança a partir do momento que ela ouve a leitura, mesmo que, de início, não compreenda, mas que possa estar inserida no mundo dos livros, contemplando a leitura feita por outra pessoa. Com isso, pode-se evidenciar a importância dessa inserção para as crianças com TEA, mesmo que aconteça inicialmente apenas como um ouvinte.

2.2 A leitura na educação infantil

O processo de leitura na vida de uma criança começa em seus primeiros anos da infância, seja com livros que contenham imagens que chamem a atenção ou até mesmo ouvindo a leitura feita por algum adulto. Nesse sentido, a literatura infantil torna-se a porta de entrada para o universo imaginário da criança. Logo, esse processo tende a ser benéfico no futuro, já que a inserção da leitura precoce passa a estimular e desenvolver habilidades de concentração e de ordem psicológica.

Adiante a isso, pode-se observar a importância da obtenção do processo de apropriação da leitura como ferramenta de aprendizagem. Dessa forma, o letramento literário² pode atuar como um fator a possibilitar o desenvolvimento de um leitor crítico

² Cosson (2009) estabelece que o termo *letramento literário* foi criado por Graça Paulino, no final da década de 1990. O autor ressalta ainda que tal competência não começa nem termina na escola, visto que, mesmo de forma inconsciente, somos perpassados pela literatura em nossas mais variadas práticas diárias de atividade de linguagem. No entanto, a escola mostra-se como um ambiente propício de ampliação e aprimoramento da referida competência. Através da literatura, “significamos e ressignificamos nossa vida e nosso mundo em outras tantas vidas e mundos. Por ser linguagem simbólica, palavra imaginada, a literatura guarda em si todos os sonhos do homem e a experiência literária nos revela que não há sujeito ou mundo impossível de ser sonhado” (Cosson, 2009, p.179).

e reflexivo. Nesse contexto, Cosson (2009, p.12), ressalta que “o processo de letramento que se faz via textos literários compreende não apenas uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também, e, sobretudo, uma forma de assegurar seu efetivo domínio”.

Diante desse contexto, o ensino da leitura deve ser aplicado de maneira que auxilie e incentive a criança a criar o hábito e o gosto pelos livros. Nessa perspectiva, o ambiente escolar deve ser um desses nortes que influenciem a prática da leitura de forma sistemática, trazendo não só o contato com os livros, mas também possibilitando à criança aquisição de diversos saberes.

Assim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) reforça essa inclusão, de modo que a literatura é mais do que ler um simples texto, ela forma cidadãos e isso é ainda mais importante quando se trata de crianças.

A literatura nos coloca em contato com aqueles que vieram antes de nós. Ela nos permite criar laços com os que estão ao nosso redor. É nutrição, socialização e, sobretudo, humanização. Quando bem trabalhada no espaço escolar, revela-se um verdadeiro tesouro na preparação de nossas crianças para a vida (Brasil, 2018, p.50).

Diante dessa concepção, é necessário ressaltar a importância da inserção do ensino da literatura infantil para a aprendizagem, auxiliando no desenvolvimento infantil. Assim, a leitura na educação infantil coopera com os processos de ensino-aprendizagem e da apropriação da escrita, isso se dá a partir da capacidade em tornar-se possível a assimilação entre som e forma textual. Ao conciliar esses aspectos, pode-se proporcionar à criança a obtenção de fatores importantes para o seu desenvolvimento enquanto aluno e leitor crítico.

Em seus estudos, Zilberman (2003) ressalta a importância da inserção do ensino da leitura na educação infantil, pois “preservar as relações entre a literatura e a escola, ou o uso do livro em sala de aula, decorre de ambas compartilharem um aspecto comum: a natureza formativa”. (Zilberman, 2003, p.25). Diante disso, faz-se necessário conciliar o ambiente escolar com a literatura infantil, em razão de que a escola busca desenvolver na criança suas competências de leitura e escrita e, ao fazer essa junção com a literatura infantil, pode-se criar uma influência positiva no desenvolvimento do aluno.

Nessa perspectiva, partindo para o contexto da inclusão e olhando para a educação infantil e todos os recursos oferecidos para os autistas no ambiente escolar, faz-se necessário ressaltar que a leitura para ser praticada com alunos autistas tende a ser diferenciada das crianças neurotípicas, em razão de que o método e a forma a serem trabalhados devem seguir e obedecer a todos os critérios e dificuldades que venham a aparecer nesse segmento. Em decorrência disso, o processo de desenvolvimento da criança deve ser levado em consideração, mediante os fatores individuais que ela venha a demonstrar ao longo do ensino de determinada atividade, como a leitura, a fim de que os métodos utilizados a favoreçam, conforme observa Peeters (1998):

O conteúdo do programa de uma criança autista deve estar de acordo com seu potencial, de acordo com sua idade e de acordo com o seu interesse. Se a criança estiver executando uma atividade nova de maneira inadequada, é importante a intervenção rápida do professor, mesmo que para isso seja necessário segurar a mão da criança ou até mesmo dizer-lhe a resposta (Peeters, 1998, p.144).

Conforme nota-se no trecho acima, o mediador da atividade deve observar as potencialidades já alcançadas pela criança como forma de estabelecer aspectos que a favoreçam e que ocorra de acordo com as preferências que ela venha apresentar, como forma de criar o protagonismo no indivíduo e fortalecer o desenvolvimento infantil.

Nessa perspectiva, a criança com autismo necessita de um acompanhamento especial e individualizado, principalmente em razão de fatores que envolvam aspectos como o da leitura, já que ao longo do processo pode ocorrer uma distração por parte da criança, visto que ela pode não conseguir permanecer num determinado espaço da sala de aula, nem tão pouco observar o que está sendo lido. Em razão disso, Omote (2006, p. 258) explica que “o professor precisa aprender a lidar com essa diversidade mediante o uso criativo de diferentes estratégias de ensino para a consecução dos mesmos objetivos com todos os alunos”.

Diante desse contexto, ao considerarmos o sentido necessário da literatura, observamos que ela contribui de forma significativa para o desenvolvimento do leitor. Esse fator coopera-se de forma ainda mais substancial quando é designada para uma criança autista, em razão de que os benefícios dessa inserção podem surgir ao longo de uma prática sistemática de leitura.

2.3 Documentos que norteiam a legislação educacional inclusiva

O contexto da educação inclusiva começou a ser discutido, de fato, a partir de 1994, após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que foi realizada em Salamanca, na Espanha. O referido documento foi assinado por 92 países, entre eles o Brasil, e tem como principal objetivo consolidar a Educação Especial e todos os direitos que estão inseridos nela.

Diante disso, no Brasil, esse documento serviu para que as políticas sociais assumissem o compromisso de transformar o sistema de educação em um novo sistema educacional inclusivo, mas, perante isso, é importante ressaltar, que foi apenas no ano 2000 que essa política foi implantada e denominada como Educação Inclusiva. Nessa perspectiva, a educação inclusiva consiste em oferecer ao aluno um ambiente que o faça ser parte do grupo social escolar e ofereça suporte necessário de ensino e desenvolvimento para esses educandos:

A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p. 5).

Em concordância com essa perspectiva, a inclusão, no contexto da educação, tem se tornado cada vez mais um assunto pertinente, em virtude do crescente número de alunos com alguma deficiência no ambiente escolar. Nessa perspectiva, esse assunto ainda é um grande desafio que cerca o contexto educacional, em virtude de que não se trata apenas em incluir o educando com necessidades educativas especiais em sala de aula, mas sim estabelecer meios que o façam, de fato, estar inserido no referido ambiente. Diante disso, torna-se necessário colocar em destaque esses aspectos que estão em torno da educação inclusiva, além dos documentos que devem assegurar o real sentido do incluir diante do ensino e da sociedade escolar.

Nessa perspectiva, um dos principais documentos que certifica os direitos sociais no Brasil é a Constituição Federal de 1888 e, diante do contexto que envolve a inclusão, esse documento transparece, em seu artigo 28, que o Estado, assim como a comunidade escolar, deve favorecer e assegurar uma educação de qualidade a pessoa com deficiência (Brasil,1988). Diante desse contexto, fica evidente a necessidade da inclusão desses indivíduos no ambiente e no ensino escolar, garantindo a socialização dos educandos e os possibilitando ter uma aprendizagem adequada para as suas necessidades.

Partindo disso, os documentos oficiais que norteiam o ensino e o acesso à educação inclusiva no Brasil são relacionados às formas e práticas que devem ser aplicadas perante a inserção e os modos a serem utilizados no contexto escolar e social. Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), publicada em 1996, um desses documentos essenciais, ressalta, em seu artigo 59, que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos métodos, currículos, recursos e organização para suprir as necessidades dos educandos (Brasil,1996). Em concordância com isso e direcionando ao aluno autista, esse pensamento passa, muitas vezes, despercebido, em virtude de que a inclusão e o ensino inclusivo para o aluno com TEA ainda se ancora em uma lacuna, além da evidência de métodos que não asseguram o desenvolvimento do indivíduo.

Outro documento que certifica os benefícios da criança na escola e fora dela é o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), lançado em 1990, que tem por objetivo assegurar os direitos da criança e do adolescente, além de garantir seguridade à infância e à juventude. Além disso, dentre os aspectos que envolvem esta Lei Federal, está o direito à educação, presente no artigo 53, que ressalta que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Brasil,1990). Portanto, é ressaltado que esses indivíduos possuem por direito se desenvolverem como pessoa e como cidadãos.

Ademais, em 2008, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE), que assegura o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (Brasil, 2008). Esse documento serve de base para que os direitos do aluno com alguma deficiência sejam assegurados no ambiente de ensino e nas práticas pedagógicas utilizadas, para que elas sejam pensadas e direcionadas à dificuldade de aprendizagem de cada aluno que se encaixe nesse âmbito. Além disso, a criação desses documentos ressalva que a educação vem avançando nesse pensamento educacional inclusivo, criando maneiras de potencializar, pelo menos no papel, o ensino para todos os educandos.

Partindo para o contexto que envolve a inserção da inclusão para alunos autistas, é importante ressaltar a importância da Lei Berenice Piana³, que faz jus à luta de uma mãe atípica ativista em busca dos direitos do seu filho. A Lei n.º 12.764, sancionada em 2012, tem por principal objetivo instituir as pessoas com TEA em diversas esferas sociais, entre elas, a aquisição da inserção na condição educacional. Partindo disso, é necessário enfatizar que essa lei serviu de iniciativa para fatores sociais em relação à inclusão de indivíduos com espectro autista, uma vez que ela foi a primeira Lei que envolve e assegura os direitos dos autistas no Brasil. A partir da

³ A Lei Berenice Piana (Lei n.º 12.764) foi sancionada em 27 de Dezembro de 2012 e assegura a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, além do direito à inclusão escolar, ao diagnóstico precoce e o estímulo à inserção no mercado de trabalho.

vigorização dessa lei, a luta acerca do autismo passou a ter um valor efetivo e, através dela, o direito à educação ao aluno autista passou a ganhar um enfoque maior.

Ainda nessa perspectiva, em 2015, foi sancionada a Lei n.º 13.146/2015, que está direcionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), cujo principal objetivo é assegurar e promover as condições de igualdade, o exercício do direito e das liberdades essenciais para a pessoa com deficiência, para que possa ter direito ao acesso a inclusão social e cidadã (Brasil, 2015).

Portanto, fica evidente que o cenário que está inserido o ensino inclusivo no Brasil passou por etapas cruciais para se ter, atualmente, os direitos sociais dos indivíduos com TEA na sociedade escolar. Todos esses documentos são de relevância social, pois ressaltam a importância da inclusão e do respeito às diversidades em vários setores, dentre eles, no sistema educacional. Em contrapartida, ainda se tem, lamentavelmente, muitos obstáculos que envolvem o ensino para os alunos autistas, fatores esses que acabam por transcender a sociedade e implicam um conhecimento superficial da população em relação ao autismo e tudo que envolve o referido assunto.

2.4 Autismo e ambiente escolar

O ambiente escolar está relacionado ao primeiro contato que a criança tem com o mundo social fora do seio familiar. Através dele o aluno é possibilitado a fortalecer as relações interpessoais e passa a ter um contato maior com a aprendizagem. Mediante a isso, a inclusão no ambiente escolar tem se tornado um assunto de extrema relevância na sociedade contemporânea, devido à importância e à necessidade de se ter essa inserção de crianças autistas neste ambiente.

A partir disso, é significativo considerar as diretrizes determinadas pela Política Nacional de Educação Inclusiva (PNEE), que defende a inclusão como um direito de todos e, possivelmente, como um fator social, em que a escola deve ser capaz de acolher a diversidade, garantindo a todos os alunos uma educação de qualidade em que sejam respeitadas as suas diferenças e singularidades (Brasil, 2008). Assim, diante dessa concepção, torna-se necessário evidenciar sobre o autismo no ambiente escolar, em decorrência do número de alunos com o espectro na educação infantil, como meio de enfatizar o contexto que está diretamente ligado à referida questão.

No ambiente escolar, a socialização de crianças autistas deve ser vista como algo necessário e não apenas por obrigação de determinada lei. Esse fator torna-se necessário quando se olha para os benefícios que essa inserção pode ocasionar para o indivíduo, além de ressaltar para os seus pares a importância de incluir os educandos atípicos em ambientes que o façam construir seu protagonismo, enfatizando o incentivo à vida social da criança, visto que o contexto escolar ocasiona essa relação. Perante a essa concepção, Gaiato (2018) ressalta a necessidade de inclusão, de modo preciso, dos autistas no ambiente escolar.

As escolas são importantíssimas para a estimulação das crianças e adolescentes com autismo. Não só pela oportunidade de aprendizado que o ambiente escolar proporciona, mas também pela interação social de uma forma ampla, que pode variar desde um cumprimento inicial ao chegar na escola, brincadeiras ao longo do dia, até momentos mais refinados de atividades em grupos. Não conseguimos reunir tantas crianças da mesma faixa etária em outro local diariamente como ocorre na escola, portanto, a melhor oportunidade para se trabalhar habilidades sociais é lá (Gaiato, 2018, p.97).

Diante desse pensamento de Gaiato (2018), observa-se que o ambiente escolar tem grande relevância na construção do indivíduo e, ao fazer essa inclusão de maneira adequada, possibilita que a escola construa esse intermédio entre o estímulo de desenvolvimento e a socialização com o meio social. Assim, torna-se necessário um olhar atencioso sobre essa possibilidade de estimular a interação social e incentivar a participação do autista em ambientes que o façam construir o seu protagonismo.

Partindo para o contexto da inclusão na sociedade escolar, muito tem se discutido sobre como, de fato, praticar a inserção e inseri-los em diversos ambientes com os demais alunos. Diante disso, essa perspectiva está diretamente relacionada a incluir os alunos com necessidades especiais em um ambiente que os façam ser construtores de aprendizagem e relações, fazendo com que possibilite a essas crianças adquirir capacidades necessárias para o seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, Aarons e Gittens (1992) ressaltam essa importância de socializar as crianças especiais em ambientes com os demais pares, a fim de que essa ação beneficie tanto a criança quanto os demais indivíduos que dividem o ambiente com eles, com a diversidade das diferenças.

O termo “inclusão” refere-se ao ensino de alunos com necessidades especiais ao lado de pares tipicamente em desenvolvimento. É benéfico para os alunos com necessidades especiais aprenderem salas de aula inclusivas, uma vez que beneficia tanto os alunos incluídos como os seus pares, que se beneficiam da exposição a uma diversidade de alunos (Aarons e Gittens, 1992, p.59).

Sob esse viés, o ambiente escolar deve proporcionar aos alunos com TEA espaços que façam com que eles se sintam seguros e propiciem um ensino adequado para a criança, de modo que ela possa aprender mediante as suas especificidades. Sobre essa perspectiva, Oliveira (1997) afirma que “não é a dificuldade que a criança tem que a define, mas o modo como é vista”. Portanto, a escola e os espaços são ambientes essenciais para esses alunos, onde eles possam ter acompanhamentos e elementos fundamentais para a absorção da aprendizagem e socialização sob um olhar de verdadeira inclusão.

Ainda nessa perspectiva, alguns fatores acabam por se tornarem empecilhos nessa questão do ambiente inclusivo, um desses elementos é o fato de alguns educadores não possuírem treinamentos e suportes necessários a serem inseridos no contexto escolar da criança com autismo, ocasionando ainda mais o motivo pelo qual nossa inclusão é paternalista e capacitiva. Com isso, ao olharmos para essa questão, torna-se fundamental ressaltar que um ensino que não esteja adequado às referidas demandas possa vir prejudicar o desenvolvimento da criança e, de acordo com isso, é preciso que esses profissionais estejam cientes das implicações educacionais que envolvem o autismo fazendo com que adotem métodos proveitosos para o ensino dessas crianças.

Para auxiliar o professor na sua tarefa de educar o aluno com autismo, de modo que ele desenvolva adequadamente as competências cognitivas e sociais, existem diversas formas de ensino estruturado que visam orientar o professor com a demanda trazida por pessoas com autismo, nos diferentes graus apresentados pelo Transtorno. [...] Neste sentido a preparação do professor para lidar com os alunos com autismo é de suma importância, pois este profissional é um dos principais responsáveis pela construção do

conhecimento pedagógico no aluno, bem como, os valores e as normas sociais (Papim; Sánchez, 2013, p.12).

Perante o pensamento de Papim e Sanchez (2013), compreende-se que é necessário capacitar o professor para que possa ter um ensino adequado e amparado em qualidade de receber o educando autista, a fim de que o benefício para o indivíduo seja notório a partir da frequência dele no ambiente de ensino e no desenvolvimento que terá perante os fatores de ensino-aprendizagem esperados para cada especificidade.

Dentro desse ambiente de inclusão escolar, vários fatores podem ser considerados essenciais para serem praticados, como a adaptação do ambiente de ensino, comunicação clara e objetiva, profissionais capacitados para favorecer o ensino dos educandos atípicos e, com isso, podemos considerar, também, a leitura como um desses elementos, uma vez que tal prática possa atuar como uma peça fundamental para o favorecimento da socialização, além de promover o desenvolvimento e o contato com o mundo abstrato e simbólico dos livros. Para o autista, isso poderá se tornar algo habitual e, conseqüentemente, inclusivo.

Sendo assim, o processo de ensino-aprendizagem tende a se tornar algo mais proveitoso e, possivelmente, trará benefícios à vida desses alunos. Baseado nisso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) tem como seu objetivo geral apresentar diretrizes que possam possibilitar um trabalho escolar em que a inclusão seja, de fato, praticada e assegurada. Mediante o exposto, o trabalho e as práticas pedagógicas direcionadas aos alunos autistas devem ter como principal objetivo a ciência, interesses e necessidades, em conjunto com a importância e relevância desse assunto. Além disso, as práticas literárias de leitura também podem ser desenvolvidas nesse ambiente, de modo que obedeça e direcione de acordo com as dificuldades de cada aluno, já que é algo pouco comentado e bastante necessário para ser colocado em prática.

Além do mais, é preciso que o ambiente escolar seja inclusivo não somente nos documentos que norteiam o referido assunto, mas que se torne lugar de acolhimento para as crianças autistas e que proporcionem a elas o ensino inclusivo de forma necessária e eficaz. Ainda nesse contexto, as adaptações no ambiente físico e no ensino escolar propiciam a eles novos ares e um desenvolvimento de comunicação e interação. Diante dessa perspectiva, Bianchini (2014) ressalta em seus estudos que o conceito de inclusão deve estar diretamente ligado a uma necessidade de buscar compreender as diferenças individuais no ambiente escolar a fim de que a escola propicie um ambiente de modo inclusivo.

Para que a inclusão seja de fato benéfica ao autista é preciso ter cautela e não esperar que o indivíduo adentre os muros escolares e sozinho realize todas as adaptações e descobertas necessárias. Este princípio é pertencente à integração e acaba resultando em ações excludentes, quando se insere a criança no contexto escolar sem ampará-la (Bianchi, 2014, p. 129).

Em consonância com esse pensamento, o ensino de crianças autistas juntamente com o ambiente escolar, deve ser propício às características de cada aluno e não devem seguir uma grade curricular materializada de forma pré-concebida. Para isso, é necessário que o ensino seja praticado de modo funcional, com o foco na realidade da criança e das suas necessidades e circunstâncias. Além disso, é necessário que o contexto do ambiente escolar passe essa imagem de lugar que acolhe e insere as crianças autistas, transparecendo para a sociedade a significância

da inclusão dos indivíduos com TEA. Diante disso, torna-se necessário que o professor seja orientado e capacitado para exercer a função de mediador de uma criança autista, diante das dificuldades que a transcende.

Diante do exposto, é importante que o ambiente escolar seja um desses meios para expandir o conhecimento sobre o autismo e incentivar a inclusão de modo necessário e objetivo. Para isso, as práticas pedagógicas devem ser realizadas e inovadas para que tanto o educando autista, quanto sua família, se sintam assegurados por seus direitos e cuidados em sociedade. Além disso, é fundamental que os profissionais sejam capacitados para prestar o suporte necessário e preciso que o aluno autista necessita diante de todos os entraves da apropriação do ensino e da leitura.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se numa abordagem qualitativa, de natureza descritiva, concentrando-se no campo da leitura e do ensino, além de consistir em abordar a importância da inserção da criança autista no âmbito da leitura, fazendo menção ao contexto do ambiente escolar em relação ao aluno autista, buscando evidenciar a necessidade de uma educação inclusiva de forma precisa.

Diante disso, faz-se necessário entender as características desse estudo perante outras pesquisas já existentes uma vez que, segundo Ludke (1986,p.11), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”.

Nesta perspectiva, para fundamentar esta pesquisa, nos respaldamos em leituras de aportes teóricos que ampliam a discussão referente à temática do autismo e nos oferecem um maior entendimento acerca do referido assunto, possibilitando fazer ligações entre as bases legais que regem a educação nacional e ampliação da temática, sobretudo no que concerne ao âmbito educacional.

Além disso, destacamos o caráter descritivo do presente estudo, em que Gil (2002) explica que ao fazer um estudo descritivo sobre determinada característica, dá-se ao meio social a oportunidade de entender diversas relações entre estudos e áreas.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (Gil, 2002, p.42).

Mediante o exposto, nota-se que a pesquisa traz contribuições no viés social e acadêmico, onde ela nos permite fazer interligações sobre algo que já possa ter sido estudado há muitos anos, com algo que esteja em evidência na contemporaneidade e, através disso, também relatar sobre assuntos de extrema importância para a sociedade, como é o caso do autismo e da possibilidade de inserir esse público em novas habilidades, como a leitura.

4 IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA CRIANÇA AUTISTA

O processo de ensino-aprendizagem interliga diversos fatores para que ele venha a acontecer de modo objetivo e funcional. Quando direcionamos esse pensamento ao ato de ler, podemos observar a significância dessa junção e os benefícios que isso venha a propiciar. Partindo desse pensamento, ao apresentarmos a criança ao mundo da leitura, proporciona-se a ela diversos incentivos que estão incluídos a essa prática, além dos estímulos que a leitura concede.

Além do mais, toda criança que é inserida ao contato com os livros necessita de um suporte, visto que ela está em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. Ao relacionarmos isso para a criança autista, esse acompanhamento passa a ser mais intensificado em decorrência de todos os obstáculos e dificuldades que aparecem nesse processo de ensino-aprendizagem e que implicam no processo de aquisição de novas atividades. Assim, o ensino de leitura para o autista deve ser pensado, primeiramente, no indivíduo e nas particularidades que ele apresenta, em virtude de que ensinar qualquer que seja a habilidade para uma criança autista é algo desafiador e que exige bastante empenho e tempo para se alcançar os objetivos propostos. Nesse sentido, ao levarmos esse pensamento para o ensino de leitura, nos deparamos com diversas circunstâncias que dificultam o processo e o tornam ainda mais desafiador, em razão de que os métodos e as práticas podem variar durante o percurso.

Em concordância com isso, deve-se atentar aos diversos fatores benéficos que a leitura venha proporcionar à criança. Nessa direção, ao compreender a leitura como ponte para desenvolvimentos, torna-se essencial proporcionar ao educando as possibilidades de aprendizagem que ele venha a ter durante esse processo. Dessa forma, ancorando-se nessa perspectiva, Cristóvão (2010) aborda o seguinte:

A leitura da literatura infantil também atua como uma possibilidade de os educandos vivenciarem novas experiências, podendo agir como um protagonista destas histórias e assim, ganhar experiências e autonomia, ser ele próprio. Ao pensarmos em um trabalho consciente e crítico, voltado para a educação/inclusão para crianças com necessidades especiais, buscamos relatos de alguns estudiosos que privilegiam a literatura como um recurso fundamental e facilitador (Cristóvão, 2010, p.119).

Corroborando com essa perspectiva de Cristóvão (2010), a leitura serve de intermédio para o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo, além de tornar-se um meio inclusivo. Ao olharmos para esse lado da inclusão, podemos nos atentar, também, à forma como a criança atípica pode-se enxergar ao ver determinado personagem que possua alguma deficiência ou, até mesmo, como as crianças neurotípicas enxergam essa percepção da inclusão e das diferenças diante dos livros. Baseado nisso, é imprescindível familiarizar o ambiente e trabalhar com livros que possuam esses aspectos, para que o aluno se sinta inserido no contexto da leitura, como também, ao ambiente escolar que ele frequenta. Diante disso, podemos considerar histórias de personagens autistas, como os presentes nos livros *Meu amigo autista*, da escritora Maria Eduarda Loureiro Grund; *Cadê a criança que estava aqui?*, da escritora Tania Dourado; além da história em quadrinhos *Humor azul: o lado engraçado do autismo*, produzido por Rodrigo Tramonte e das ilustrações presentes na obra *Um livro diferente*, da escritora Anita Brito, que busca conscientizar desde a infância o universo dos mundos diferentes.

Dessa forma, a leitura pode promover o respeito às diversidades, valorizando a construção da empatia e a diminuição do estigma associado ao autismo, além de

buscar promover a inclusão e o processo de autoconstrução identitária. Baseado nesse contexto, a socialização no ambiente das diferenças busca interagir realidades distintas e transcende a importância desse cenário, assim como enfatiza Coelho e Pisoni (2012) em suas perspectivas:

Neste caso podemos citar a importância da inclusão de fato, onde as crianças com alguma deficiência interajam com crianças que estejam com desenvolvimento além, realizando a troca de saberes e experiências, onde ambos passam a aprender juntos. Vygotsky defende a educação inclusiva e acessibilidade para todos (Coelho; Pisoni, 2012, p.146).

Compreende-se por meio do supracitado que as relações tendem a ser construídas mediante aspectos que proporcionam a interação e possibilitam à criança a interação com seus pares, fazendo criar possibilidades de socialização e de inclusão no ambiente de leitura. Ao introduzir a criança autista ao mundo mágico da leitura, cria-se nela diversos estímulos diversificados, em razão de que serão os fatores da criança que irão demonstrar quais livros ela mais se apegou, seja o repleto de cores ou, até mesmo, com os personagens e as histórias. A partir disso, o pequeno leitor vai se adentrando à leitura e absorvendo, da sua forma, o contexto da história presente no livro. Essa apropriação possibilita à criança alguns benefícios e corrobora com o seu desenvolvimento funcional. De acordo com esse pensamento e direcionando aos estudos de Cristóvão (2010), a leitura tende a ajudar a incluir o leitor no seu favorecimento de conhecimento.

“o texto literário educa para incluir, porque a grande diversidade de linguagens simbólicas e também as vastas características e qualidades encontradas nos vários personagens ficcionais disponibilizam a criança ao conhecimento de mundo” (Cristóvão, 2010, p.119).

Nesse segmento exposto acima, compreende-se que a leitura proposta de maneira adequada favorece o desenvolver dessa prática e incentiva a inclusão através de personagens que sejam do interesse do leitor, buscando facilitar, de certo modo, o conhecimento perante a leitura.

Ao adentrar no mundo dos livros, o autista precisa de um acompanhamento que o conduza durante esse processo e o auxilie no que concebe a absorção da leitura. Para isso, é necessário que o profissional ou os pais entendam as preferências da criança, ou seja, identifiquem quais são os livros e as histórias que ela irá se apegar e o auxiliem no melhor entendimento da história. Além disso, é importante ressaltar que por estarmos falando de um espectro, cada indivíduo apresenta necessidades individuais específicas, portanto, no que concebe ao processo de inserção às práticas de leitura, para alguma criança poderá ser mais ágil e sem muitos empecilhos, para outra poderá ser repleto de dificuldades e nuances.

Baseado nesses aspectos, a importância da leitura para crianças com TEA está inteiramente ligada aos benefícios que poderão ser desenvolvidos e adquiridos ao longo do processo da prática de leitura. Diante disso, é importante fazer uso de práticas que ajudem no aprendizado e na absorção da leitura como um estímulo simples de multissensoriais e ensinamento de modo gradativo, ou seja, praticando esse estímulo aos poucos e não sobrecarregando a criança. Além do mais, os fatores benéficos são importantes, pois estimulam e ajudam a desenvolver habilidades na criança.

Nesse contexto, o ato de proporcionar à leitura às crianças possui aspectos que favorecem a sua formação. Em virtude disso, Abramovich (2009) ressalta que é

de suma relevância para a formação da criança ouvir histórias, em razão de que o início da aprendizagem se resulta nessa atividade e isso é um caminho de inúmeros aspectos benéficos de compreensão e descobertas.

Na educação infantil, esse viés deve ter um olhar diferenciado, em virtude de que é a partir dessa etapa escolar que a criança começa a ter contato com o ensino e, conseqüentemente, com a leitura. Diante disso, Papim e Sanches (2013) ressalta que deve ocorrer no ambiente de ensino aspectos que explorem o desenvolvimento do educando, a fim de que os saberes sejam ampliados.

O autismo é uma condição que acompanha toda a vida e a educação é um pré-requisito para que a pessoa com autismo adquira competências para levar uma vida funcional e autônoma. Porém, para que ocorra um bom desenvolvimento, que permita a interação do sujeito ao seu meio ambiente social, é preciso que se realize uma intervenção pedagógica que abranja, não apenas as necessidades básicas de convivência, mas que explore os limites do indivíduo a fim de ampliá-los (Papim; Sanches, 2013 ,p. 34).

Em consonância com essa afirmação, compreende-se que a educação deve proporcionar ao aluno autista fatores que colaborem para o desenvolvimento do seu ensino-aprendizagem e o ofereça aspectos inclusivos em virtude do ambiente e das práticas utilizadas para o ensino. Com isso, necessita-se de capacitação dos profissionais que lidam com o referido público, para que o ensino e os métodos utilizados sejam adequados e vantajosos, em busca de explorar os aspectos da criança para que ela venha a possuir competências que transcenda a vida social e escolar.

Partindo para o contexto do ambiente escolar, a biblioterapia⁴, é um aspecto que pode vir a ajudar no processo perante os livros e das suas práticas de leitura. Diante disso, ao fazermos a junção da biblioteca ao ato de ler como terapia, esse termo se constitui então num processo interativo de sentimentos, valores e ações, tendo como resultado final um processo harmônico e equilibrado de crescimento e desenvolvimento pessoal (Ferreira, 2003, p.38). Assim, ela é conceituada como uma terapia por intermédio da leitura, que utiliza dos livros para socializar e apresentar novas experiências. Por conseguinte, esse elemento pode ser utilizado como fins terapêuticos que servem para otimizar o aprendizado em relação ao incentivo da autonomia e dos fatores psicológicos.

Diante disso, faz-se necessário mencionar a mediação e o processo que ocorre nessa prática, em que o professor ou o mediador deve utilizar-se de uma linguagem simples para mediar a leitura e utilizar-se de aspectos que corroborem para melhor ambientação da criança com o que está sendo lido e de um melhor aproveitamento. Assim, torna-se preciso evidenciar a característica da linguagem utilizada, em virtude de que a forma como a fala é desenvolvida possa vir a interferir nestes aspectos, como ressalta Souza (2016) em seus estudos:

Um fator relevante será a escolha da linguagem que será empregada na história a ser contada ou lida, pois o mais apropriado é dar preferência a textos que possuam um conteúdo mais concreto, ou

⁴ A Biblioterapia está ligada a ajudar no desenvolvimento do cérebro e das emoções. No Brasil, a primeira biblioteca adaptada para autistas foi inserida no Instituto Família Azul, localizado em Feira de Santana-Bahia, que atende crianças e adolescentes dentro do espectro autista. Essa foi a forma encontrada pelos profissionais para incluir a leitura e a arte de forma inovadora e inclusiva para os alunos.

seja, deve-se evitar o uso demasiado de figuras de linguagem, pois crianças autistas possuem dificuldades em compreender sarcasmo, por exemplo (Souza, 2016, p.35).

Diante do supracitado, nota-se que a linguagem feita de maneira adequada facilitará o desempenho dessa atividade e, conseqüentemente, colaborará para uma melhor absorção do entendimento da história que foi lida, além da utilização de livros que contenham histórias curtas, como os repletos de imagens ou os chamados livros com texturas, a fim de facilitar a atividade de leitura e da apropriação do ambiente de leitura.

Mediante o exposto, pode se observar que a leitura para o público infantil tem seus viés pedagógico e social e, no que concebe a importância da referida tarefa para crianças autistas, está inteiramente ligada à prática de estímulos, protagonismo da criança, inserção ao mundo abstrato dos livros e práticas instrutivas que abarque o desempenho e as particularidades dos indivíduos com TEA.

Dessa forma, essa inserção vai além da contação de histórias e do contato com os livros, ela se torna uma aprendizagem estética, em que as histórias lidas ou contadas possam exemplificar o mundo de uma forma que o leitor venha a se situar em um universo que é inteiramente dele, conforme destaca Abramovich (2009).

4.1 Desenvolvimento infantil e o espectro autista numa visão vygotskyana

O ser humano está em constante evolução e isso pode se dar a partir da competência cognitiva perante o desenvolvimento que cerca o indivíduo desde a infância, o fazendo ser construtor do seu próprio conhecimento. Nesse contexto, o desenvolvimento cognitivo está relacionado à absorção do cérebro diante dos acontecimentos e interações com a capacidade de aprender e reter informações. Na infância, esse desenvolvimento ocorre de maneira significativa a partir do que a criança recebe de informações do seu externo e a torna um ser em construção.

Em seus estudos sócio-interacionistas, Vygotsky (1991), enfatiza que o ser se constitui como tal através das suas relações com o outro. Olhando para o contexto infantil, torna-se evidente que as crianças evoluem e aprendem quando são colocadas em ambientes e situações de interação no meio social e, além disso, devem ser vistas como indivíduos e não apenas como um objeto a ser moldado. Assim, com base nessa concepção, compreende-se que a criança criará seu desenvolvimento a partir das suas interações e situações sociais, além de desenvolver a sua capacidade de linguagem.

Partindo desse contexto, esse pensamento não se perpetua no desenvolvimento infantil da criança com autismo, uma vez que essa absorção do que é passado do externo não é entendida por esses indivíduos da mesma forma como ocorre com os sujeitos neurotípicos, em razão de que eles possuem dificuldades em processar e receber as informações do meio em que estão inseridos. Além disso, o cérebro de um autista funciona de maneira totalmente diferente de uma pessoa neurotípica, isso acontece porque elas possuem diferenças no que concebe o desenvolvimento cerebral e a conectividade, além dos fatores sensoriais que afetam o modo como são recebidas as informações. Assim, conforme ressalta Grandin e Panek (2013), o cérebro autista tem um funcionamento diferente porque não se desenvolveu da forma que deveria e, em razão do espectro, possui diversas particularidades.

Assim, a linguagem da criança autista também é afetada e faz com que tenha dificuldades na fala e na interação. Isso ocorre devido os difusores neurológicos que atingem o autista e acarreta consequências no desenvolvimento da fala e na aquisição da linguagem, ocasionando dificuldades no que tange ao relacionamento com o meio social.

Sobre essas dificuldades em relação ao desenvolvimento da linguagem, Gaiato e Teixeira (2018, p.14) explicam que:

As dificuldades na linguagem estão presentes na grande maioria das crianças autistas e podem ser representadas pela dificuldade na aquisição da linguagem verbal (a criança não aprende a falar ou tem atrasos significativos comparadas a outras crianças da mesma faixa etária) ou na aquisição da linguagem não verbal (a criança não entende o significado de “mandar tchau”, apontar para objetos ou entender que alguém está triste por isso está chorando, por exemplo).

Corroborando com o trecho supramencionado, a dificuldade concernente à fala no indivíduo com espectro autista ocasiona outros problemas, como é o caso dos fatores sensoriais e os aspectos cognitivos. Em relação ao fator sensorial, pode ocorrer tanto na hipersensibilidade, que é uma característica comum no autismo, quando a criança possui uma sensibilidade intensificada ao estímulo do ambiente como, por exemplo, a luz ou barulho; ou no hipossensível, que está relacionado a pouca sensibilidade, ou seja, a criança pratica a experiência sensorial, buscando objetos para tocar e utilizando as mãos para fazer esse contato. Assim, cabe ressaltar a possibilidade de algumas crianças possuírem ambos os fatores sensoriais mencionados e isso acontece em decorrência do espectro que o autismo está inserido, que vem a afetar os indivíduos de diversas maneiras e, conseqüentemente, o desenvolvimento cognitivo também é afetado em cada criança de uma forma diferente.

Ao observar a abordagem histórico cultural de Vygotsky, é perceptível que a linguagem e o desenvolvimento infantil possuem uma ligação, em virtude de que a partir do momento em que a criança começa a se desenvolver fisicamente e cognitivamente, passa a aprimorar sua linguagem e, em concordância com isso, o pensamento. Assim, em sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), vai dividir o desenvolvimento da criança em dois níveis: o primeiro é chamado de nível de desenvolvimento real, onde compreende as funções mentais da criança, a partir das relações de desenvolvimento social e cultural. Já o nível de desenvolvimento potencial é caracterizado pela ajuda que a criança necessitará quando não puder realizar uma atividade sozinha. Assim, ao olharmos para a zona de desenvolvimento proposta por Vygotsky, podemos considerar, ao fazer uma interligação para o desenvolvimento da criança autista, que ela está, de certa forma, inserida no desenvolvimento potencial, uma vez que as crianças com espectro autista necessitam de suporte e ajuda para realizar diversas atividades.

Diante disso, ao atentar-se para o contexto do ensino de leitura para a criança com TEA, faz-se necessário um olhar objetivo para o que Vygotsky (2014) aponta a respeito das crianças que ele chama, em seus estudos, de “mentalmente atrasadas”, quando ele ressalta que há uma potencialidade nessas crianças para a aprendizagem desde que haja uma mediação adequada:

A criança atrasada, abandonada a si mesma, não pode atingir nenhuma forma evolucionada de pensamento abstrato e, precisamente por isso, a tarefa concreta da escola consiste em fazer

todos os esforços para encaminhar a criança nessa direção, para desenvolver o que lhe falta (Vygotsky, 2014, p. 113).

Paralelo a isso e fazendo uma ligação com o que Vygotsky (1991) observa em sua obra, todos podem vir a aprender de maneira instintiva, mas ressaltando que o outro é necessário e parte essencial nesse processo, uma vez que a relação entre os meios irá interferir de maneira significativa no aprendizado. Assim, isso pode ser direcionado ao processo do ensino de leitura para a criança autista, perante os métodos e as práticas que devem ser utilizadas a fim de facilitar esse processo e trazer, através das histórias infantis, benefícios que sejam significativos para essas crianças.

Ademais, o desenvolvimento infantil no autismo é afetado de modo que a criança por ter um módulo de linguagem prejudicado não consegue se comunicar de acordo com as interações sociais que são feitas ao seu redor. No entanto, cabe, diante disso, relatar a especificação que acontece em razão do espectro e dos fatores psicológicos da referida criança, visto que ela pode vir a ter seu desenvolvimento estimulado através das terapias que são realizadas, como também no que se refere ao processo da aquisição da fala.

Diante disso, quando direcionamos essa questão do desenvolvimento infantil no contexto escolar e da aprendizagem, podemos fazer uma interligação com Vygotsky (1991), quando o autor afirma que será a interação entre os diferentes que deve ser valorizada e incentivada no ambiente de ensino, pois isso irá implicar educandos que estão em várias fases de desenvolvimento, entre eles, o aluno com autismo. Assim, faz-se necessário conciliar nesse âmbito o professor, que irá mediar o educando acerca do ensino e da aprendizagem, mas que é necessário enfatizar que possa ser que não “exista uma relação entre determinado desenvolvimento e a capacidade potencial de aprendizagem” (Vygotsky, 2014, p.111). Dessa forma, deve-se levar em consideração o que a criança já possui de desenvolvimento para, de certa forma, aprimorar e auxiliar seu processo evolutivo. Nesse contexto, Cruz (2014) enfatiza que as especificidades da criança devem ser levadas em consideração para possibilitar a formação de novos aprendizados:

Tanto na educação de indivíduos autistas quanto na de outros indivíduos com diferentes necessidades especiais, os déficits não podem ser negados, mas as capacidades existentes devem servir de fonte para a formação de novas capacidades. Esse trabalho requer um envolvimento coletivo em busca de facilitar para esses sujeitos o contato e a interação com seus pares, área, em geral, de intenso comprometimento. (Cruz, 2014, p.50).

Mediante esse contexto, os fatores que englobam o desenvolvimento da criança com TEA envolvem diversos aspectos e necessitam de um olhar mais específico. Esses elementos devem ser levados em consideração no ambiente de ensino independentemente da escolaridade que a criança será inserida, na finalidade de que a estratégia seja fundamental para que o autista tenha seu desenvolvimento cognitivo e social de modo adequado. Com isso, ao observarmos as concepções de Vygotsky, podemos perceber que o processo de aprendizagem de acordo com os pensamentos Vygotskyanos não acontece de forma individualizada, mas sim de modo compartilhado com as relações sociais.

Portanto, fica evidente que o desenvolvimento infantil proposto por Vygotsky em seus estudos não pode abarcar todas as crianças, devido à globalização de diversos problemas que cercam alguns indivíduos desse público. Mas, em

contrapartida a isso, também é notório que mesmo com as especificidades que ocorrem e implicam no desenvolvimento infantil, ainda é possível, através de práticas de nível psicológico e educacional, incentivar e praticar, mesmo que aos poucos, essa concepção desenvolvimentista na criança.

5 MÉTODOS E PRÁTICAS DE LEITURA PARA CRIANÇAS COM TEA: POR ONDE COMEÇAR?

O ensino de leitura para crianças com autismo pode ser um desafio que transcende algumas dificuldades ao longo do processo, mas que não deve ser considerado impossível. Em decorrência disso, podemos evidenciar algumas questões que implicam essa prática como, por exemplo, a fala, uma vez que as crianças com TEA que já produzem a fala terão mais chances de desenvolverem a habilidade da leitura, enquanto o autista não verbal será mais difícil de ser inserido nessa prática. Além disso, outro viés que apresenta a diversidade para a prática da habilidade de leitura consiste em razão do espectro atingir os indivíduos de maneiras diferentes e isso ocasiona na questão de alguns possuírem fatores que colaboram para a leitura, como ler e falar, citado anteriormente, enquanto outros podem ser completamente opostos a essa condição, com dificuldade em interação e que apresente alterações em déficits significativos. Diante disso, esses aspectos devem ser observados e levados em consideração ao sistematizar a inserção da prática de leitura e os caminhos pelos quais o mediador irá escolher percorrer para começar essa atividade.

Mediante isso, é importante ressaltar por onde iniciar essa prática, que pode ser realizada tanto no contexto escolar, como fora dele. De início, as habilidades de leitura devem ser iniciadas em idade escolar, mas como os autistas se desenvolvem de forma mais tardia, essa habilidade pode vir a acontecer algum tempo depois da criança estar na escola. Em relação a isso, anteriormente, é preciso identificar se a criança já possui algum tipo de habilidade, caso não possua, é necessário antes da iniciação da prática de leitura, estimular atividades que ajudem as habilidades do indivíduo, para que, após isso, comece a incluir o ensino de leitura aos poucos. Diante desse contexto, Gomes (2015) ressalta a importância dessa observação, além dos requisitos que devem ser incentivados para dar início a essa inserção:

Conseguir executar e finalizar atividades simples, fazer emparelhamento entre palavras impressas e nomear figuras e vogais são alguns dos requisitos necessários ao ensino de leitura. Se o educando não apresentar esses requisitos é necessário começar a ensiná-los antes do ensino de habilidades de leitura (Gomes, 2015, p.18).

Em decorrência do que afirma Gomes (2015), é perceptível que as habilidades já possuídas pela criança possam servir como um auxílio para essa nova experiência, mas que, além disso, deve ser ensinada à criança mediante as suas necessidades e de alguns procedimentos a serem executados. Além do mais, esses fatores podem servir como uma iniciação a essa prática e utilizar dessas habilidades, como executar atividades simples, para adentrar no universo da leitura.

Ademais, o ensino de leitura deve se dar a partir de algumas necessidades essenciais, como conseguir identificar algumas palavras escritas e permanecer algum tempo sentado, a fim de facilitar a favorecer o contato com os livros.

Seguindo essa perspectiva, para ser inserida no cotidiano do aluno autista, a prática de leitura exige diversos requisitos, tanto do mediador que irá apresentar essa nova atividade, quanto da criança que receberá os comandos. Para o mediador, o primeiro fator principal é identificar os aspectos de habilidade que a criança já possui e observar seus principais interesses.

No autismo, os interesses restritos são uma característica comum e, para a leitura, isso pode vir a ser algo incentivador, onde os livros podem ser escolhidos com base nos temas ou personagens que a criança possa ter um interesse maior:

Ler, ver, ouvir, tocar o livro como todos os sentidos, entrar nele para vislumbrar encantos e novidades, tecer surpresas, imaginar irrealidades e viver emoções reais... Esse caminho é aberto ao novo, às camadas profundas, irracionais, que apreendem, intuem, armazenam imagens, sensações e sentimentos. As relações das crianças menores com o livro não se estabelecem em nível de entendimento racional, e a fruição se dá por vias afetivas e sensoriais (Resende, 1997, p. 123).

De acordo com essa percepção de Resende (1997), os livros possuem a capacidade de transpassar sentimentos e encantos e, isso pode ocorrer de diversas maneiras, como o sentido sensorial e afetivo. No autismo, essa interação torna-se ainda mais necessária perante as características do indivíduo e da forma como ele irá se interessar por determinado livro ou personagem em questão.

Dessa forma, diante do contexto da iniciação à leitura, alguns aspectos se tornam dificultosos e ocasionam situações que exigem do mediador tempo e práticas para que se possa ter os objetivos almejados alcançados. Isso acontece por alguns fatores, entre eles, a rigidez cognitiva, que faz com que o autista apresente dificuldades relacionadas em adaptar-se a novas situações e atividades.

Além do mais, outro fator de extrema relevância para a inserção da leitura é a alfabetização dessas crianças e, diante disso, faz-se necessário destacar sobre as circunstâncias que envolvem a alfabetização do aluno autista. Dentro do espectro do autismo, a alfabetização é um assunto delicado e que necessita de um olhar mais sucinto e individual, ou seja, isso se torna um desafio perante as especificidades que a criança esteja inserida, uma vez que algum aluno possa ser completamente não verbal, enquanto o outro consiga falar da sua maneira. Diante disso, o professor precisa saber quais são as habilidades que o aluno já possui e as dificuldades que ele apresenta para vir a criar estratégias de ensino perante a alfabetização das referidas crianças.

Um método de alfabetização relacionado às crianças autistas é através da abordagem fônica, que se refere em uma mediação que privilegia o som das letras. Assim, Capovilla (2004) ressalta que esse método prioriza um ensino de alfabetização que favorece e ensina os sons que as letras representam para construir a aprendizagem da criança e, em seguida, se constrói a mistura desses sons para alcançar a pronúncia inteira da palavra. Em relação a isso, faz-se necessário estabelecer os processos da prática do ensino da alfabetização e dos seus benefícios. Nesse sentido, em relação à prática da alfabetização fônica, Pereira (2013) vai argumentar que:

O método fônico é baseado no ensino do código alfabético de forma dinâmica, ou seja, as relações entre os sons e letras devem ser feitas

através do planejamento de atividades lúdicas para levar as crianças a aprender a codificar a fala em escrita e a decodificar a escrita no fluxo da fala e do pensamento (Pereira *et al.*, 2013, p.7).

Assim, conforme citado acima, este método funciona como uma espécie de colaborar e ajudar na consciência fonológica, fazendo com que o aluno possa adquirir a capacidade de associar as letras aos sons e, com isso, torna-se necessário para corroborar com a inserção do ensino de leitura, uma vez que caso a criança já consiga associar as letras aos seus respectivos sons, poderá ter um melhor desenvolvimento ao praticar a leitura, tanto dialógica, somente ouvindo, como lendo. Além disso, outro fator importante é que a criança autista comece a ser alfabetizada cedo, ou seja, antes da idade considerada para iniciar o processo de alfabetização de um indivíduo neurotípico. Sob essa perspectiva, Gomes (2015) ressalta a importância de essa prática ser inserida precocemente:

A estratégia de começar a alfabetizar antes se justifica na lógica de que se a criança com autismo apresentar dificuldades nesse processo, ela terá mais tempo para aprender. Assim, se ela começar a ser alfabetizada aos 4 anos e demorar 2 anos para aprender a ler, quando ela tiver aprendido a ler, aos 6 anos, coincidirá com a idade que os colegas dela estarão lendo, o que aumenta muito a probabilidade da criança com autismo acompanhar o conteúdo escolar, permanecer e progredir na escola comum ao longo dos anos (Gomes, 2015, p. 16).

Diante desse pensamento, torna-se necessário olhar para essa possibilidade, onde poderá ser benéfica e proveitosa tanto para a criança, como para atividades futuras, em razão de que no cenário do ambiente de ensino a leitura está interligada ao processo de alfabetização e serve como uma estratégia de aprendizagem e desenvolvimento da linguagem oral e cognitiva do aluno. Essa junção é necessária para que a criança possa absorver o que está sendo lido e obtenha a mensagem da leitura, de forma clara e sensorial. Nesse contexto, essa ligação é feita de modo mecanizado e deve ter como principal fundamento buscar facilitar a aprendizagem do aluno e promover fatores que irão servir de base para o decorrer da vida escolar e social.

Ainda, torna-se necessário ressaltar os elementos que devem ser considerados necessários para tornar essa prática em questão viável. Com isso, é essencial enfatizar que os métodos para o ensino de leitura devem seguir um procedimento planejado para as crianças com TEA, mediante ações que favoreçam tanto a leitura oral quanto a escrita, Gomes (2015). No entanto, antes de termos esse pensamento, é preciso salientar a forma de se apresentar a leitura, como também os meios necessários para alcançar o benefício para a referida criança através dessa atividade.

Diante dessa percepção acerca da iniciação da leitura para autistas, é observado que essa prática requer de um processo que levará tempo e métodos que colaborem para se observar os objetivos favoráveis para o leitor em questão. Nesse contexto, o ensino de leitura deve abarcar fatores que, de certo modo, corroborem para uma melhor funcionalidade durante essa iniciação, a fim de favorecer a criança e a sua aprendizagem. Nessa perspectiva, o ensino de habilidade de leitura deve seguir por um caminho que facilite essa inserção e contribua para o desenvolvimento cognitivo da criança, além de benefícios que venham surgir para o indivíduo que está sendo inserido no ato de ler. Com isso, faz-se fundamental ressaltar o emparelhamento de palavras, a fim de facilitar o processo e favorecer as práticas iniciais.

O processo de emparelhamento de palavras tem sido utilizado como um dos métodos para estimular o ensino de leitura para crianças autistas. Ele se constitui em uma das estratégias para ensinar atividades consideradas básicas em aprendizes que possuem dificuldades em compreender atividades simples, que pode ser denominado como um pareamento ao modelo com resposta construída, em que o indivíduo tem como atividade construir e fazer ligação com os componentes correspondentes, colocando-os de acordo com modelo que lhe foi apresentado. Diante disso, Gomes (2015) ressalta a importância desse método para a iniciação da leitura, de modo que estimule a criança de uma forma considerada mais fácil, a fim de que o aprendiz possa perceber as diferenças entre uma palavra e outra:

Tarefas de emparelhamento com o modelo são recursos importantes para o ensino de relações entre estímulos, incluindo relações de identidade. Quando o aprendiz consegue relacionar estímulos que são idênticos, ele demonstra que discrimina entre estímulos diferentes; essa é uma habilidade fundamental para a leitura, já que para ler é necessário que o aprendiz perceba que as palavras escritas são diferentes umas das outras (Gomes, 2015, p.26).

De acordo com o referido pensamento, o emparelhamento de modelo⁵ está relacionado em constituir um conjunto de tentativas de maneira sutil, em que se apresenta um estímulo do modelo ou dois estímulos de comparação, provocando os estímulos na criança através de tentativas, as quais podem se dá mediante a utilização de imagens, em que o indivíduo precisa identificar a que objeto ou a figura se remete. Isso acontece em razão de incentivar a percepção do reconhecimento na criança, além de colaborar com os fatores cognitivos.

Além do mais, outros fatores também se tornam necessários nesta etapa, como trabalhar a consciência fonológica da criança, utilizando palavras que rimam entre si, através de brincadeiras ou músicas, por exemplo. Outro fator que também merece atenção é utilizar dos interesses dos indivíduos, com materiais gráficos, como animais ou personagens de maior interesse, tendendo a favorecer o processo de desenvolvimento, além de utilizar das características apresentadas pela criança durante essa iniciação de uma nova atividade.

Nesse segmento, as habilidades para serem desenvolvidas e realizadas com crianças autistas devem ser incentivadas e projetadas de acordo com a individualidade de cada indivíduo, a fim de promover aspectos importantes para a vida da referida criança. Para isso, é necessário que se utilizem recursos que chamem a atenção da criança, como, livros com imagens que sejam do interesse ou, até mesmo, de algum personagem que seja familiar ao indivíduo. Diante disso, também se deve pensar no ambiente, em virtude que sejam evitados outros estímulos durante a atividade proposta, a fim de remover a atenção da criança em questão, conforme destaca Gomes (2015).

Ademais, no contexto do espectro autista, diversos fatores implicam a prática de novas habilidades que possam vir a contribuir de maneira significativa para a criança. Ao atentarmos para esse cenário, podemos evidenciar que esses aspectos em questão exigem um olhar mais cuidadoso, em razão dos métodos que podem ser utilizados para contribuir em alguma nova habilidade. Diante disso, vale ressaltar,

⁵ O emparelhamento de modelo com resposta construída é utilizado para fazer a construção da resposta com os componentes individuais, sendo apresentados com estímulos-comparação, fazendo ligação ao estímulo-modelo. Para fazer a atividade através deste método, utilizam-se imagens e palavras, para que o aprendiz possa fazer a ligação da imagem com as letras.

também, que em alguns casos essas novas práticas não são estimuladas porque já existe um pensamento formado a respeito desses indivíduos, principalmente no fato de se considerar que possuem incapacidade em realizar determinada atividade. Em decorrência de isso, Cruz (2014) ressalta que esse tipo de concepção de incapacidade em relação a esses indivíduos termina por marginalizar um ensino que reproduz o preconceito e retrai a estimulação de novas habilidades:

Consideradas incapazes de qualquer tipo de aprendizagem, as pessoas com deficiência têm carregado este estereótipo ao longo dos processos históricos. Conseqüentemente, escola e educadores reproduzem esse preconceito ao enfatizar a impossibilidade de ensino a estes indivíduos, motivo pelo qual grande parte das vezes desistiu-se de investir nos processos educacionais de ensino-aprendizagem para eles (Cruz, 2014, p. 73).

Com base no ponto de vista de Cruz (2014), compreende-se que esse pensamento, já enraizado em alguns indivíduos, implica a ausência de um bom desenvolvimento de crianças autistas, desfavorecendo os aspectos inclusivos do aluno com deficiência. Isso acaba por atrasar o avanço da inserção dessas crianças em ambientes que devem acolher e incentivar os fatores inclusivos na sociedade escolar, como também fora dela.

Diante das perspectivas expostas, observa-se que a leitura exige uma habilidade complexa e fatores metodológicos envolvendo etapas que devem ser ensinadas em um processo sistemático. Isso corresponde a um ensino planejado e gradativo desses fatores, iniciando pelas habilidades que a criança já possui e promovendo atividades de desenvolvimento, a fim de corroborar para a inserção da leitura no contexto da atividade para a criança e propícios para o desenvolvimento do indivíduo que poderão perdurar durante a vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, buscou-se mostrar que a leitura exerce uma grande importância no desenvolvimento da criança, além de ressaltar que a educação infantil deve ser compreendida como um ambiente que abre o ensino na vida do indivíduo e que, diante desse pensamento, deve-se proporcionar ao educando aspectos que serão levados por toda vida escolar e social.

Em vista disso, buscou-se discutir a significância da inserção da criança autista no mundo da leitura, com aspectos de criação do protagonismo e desenvolvimentista, além de também enfatizar a importância da leitura e os fatores que concebem e englobam o autismo no ambiente da educação infantil.

No que se refere aos objetivos desta pesquisa, pode-se evidenciar que a forma de trabalhar a leitura com crianças autistas requer métodos e práticas que devem ser analisadas antes da iniciação da atividade, como as habilidades já possuídas pelos referidos indivíduos, em virtude de favorecer o percurso e os benefícios a serem alcançados, como também, o interesse da criança por determinado personagem ou imagem presente no livro. Com isso, essa iniciação tende a fornecer ao educando aspectos importantes, em razão do desenvolvimento cognitivo e de ser inserido em ambientes com outras crianças.

Nesse contexto, observa-se a necessidade de um ambiente escolar que inclua de modo preciso o educando autista, oferecendo um ensino inclusivo de maneira que

possibilite a construção de conhecimentos e a socialização com as demais crianças. Essa prática serviria em virtude de favorecer e incentivar a educação inclusiva, assim como denominam os documentos que norteiam essa inserção, a fazendo de modo preciso e necessário.

Ademais, observa-se a significância da leitura na interação e socialização com os demais pares, perante aspectos de autonomia e relação interpessoal do educando. Isso pode proporcionar para o indivíduo autista novas possibilidades de descobertas, principalmente no ambiente que envolve crianças, onde elas possam perceber a significância que cerca o contexto de incluir as crianças especiais. Ainda, enfatizamos a importância de trabalhar com livros que possuam personagens com características semelhantes às crianças autistas, como os citados no presente estudo, possibilitando que os referidos indivíduos possuam uma construção identitária.

Além do mais, o processo de leitura permite que a criança possa vir a aprimorar e desenvolver algumas habilidades, entre elas, a interação com o meio social, além de trazer a interação do indivíduo aos livros e de incentivar o fator do protagonismo na referida criança.

Nesse contexto, abordar sobre esse assunto é de extrema importância em razão de darmos espaços às crianças com autismo em ambientes que muitas vezes passam despercebidos e concebidos como algo impossível.

Assim, ao olhar para o ambiente de ensino e, ao direcionarmos para a leitura, podemos possibilitar aspectos relevantes e necessários tanto para a criança autista, como para a percepção do autismo na sociedade e no ambiente de ensino.

Diante disso, sabe-se que a iniciação de uma nova atividade para um autista não é algo fácil, mas também devemos considerar que se os métodos utilizados forem adequados e possuírem uma rotina de práticas na atividade proposta, poderemos obter novos aspectos desenvolvimentistas nesse indivíduo.

REFERÊNCIAS

Aarons, M. & Gittens, T. (1992). **The handbook of autism: a guide for parents and professionals**. London: Routledge.

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 2009.

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARROS, P. R. P. D. B. **A contribuição da literatura infantil no processo de aquisição de leitura**. 2013. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo, 2013.

BIANCHI, R. C. Educação do autista no ensino regular: um desafio à prática pedagógica. **Revista Científica da Fundação Educacional de Ituverava**, São Paulo, nº 2 outubro de 2014. Disponível em: <http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/989/1668>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL - **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei n ° 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul.1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL, **Lei nº 13,146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o parágrafo 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC ; SEEP; 2008.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre/RS, v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

CAPOVILLA, F. C. ; CAPOVILLA, A. G. S. **Alfabetização: método fônico.** São Paulo: Memnon, 2004.

COELHO, L. PISONI, S. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e – Ped – FACOS/CNEC Osório.** Vol. 2 – N ° 1 – A G O / 2 0 1 2 – I S S N 2 2 3 7 - 7 0 7 7. p. 144-152. Disponível em: http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/eped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-_sua_teorica_e_a_influencia_na_educacao.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.

COELHO, N. N. **Literatura infantil:** teoria, análise e prática. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2000.

COSSON, R. **Letramento literário:** teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CRISTÓFANO, S. A Integração de Crianças com Necessidades Especiais por meio da Literatura Infantil. Intermeio: **revista do programa de Pós Graduação em Educação**, Campo Grande , MS, V.16, n 32, p.115-128, jul./dez.2010. Disponível em: <http://www.intermeio.ufms.br/revistas/32/32%20Artigo08-.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

CRUZ, T. **Autismo e inclusão:** experiências no ensino regular. Jundiaí, SP:Paco Editorial, 2014. p. 70.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na família e na escola.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

CUNHA, M. A. A. **Literatura infantil: teoria e prática.** 6 ed. São Paulo: Ática, 1987.

FERREIRA, D. T. **Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal.** ETD- Educação Temática Digital, Campinas-SP, v.4, n. 2 , p. 35- 47, jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/620>. Acesso em: 7 abr. 2024.

GAIATO, M. **S.O.S Autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista.** 2º ed. São Paulo: Versos, 2018.

GAIATO, M. TEIXEIRA, G. **O reizinho autista - Guia para lidar com comportamentos difíceis.** São Paulo: Versos, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C. G. S. **Ensino de leitura para pessoas com autismo.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2015.

GRANDIN, T. PANEK, R. **O cérebro autista: pensando através do espectro.** 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, M.K. de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 1997.

OMOTE, S. Inclusão e a questão das diferenças na educação. **Perspectiva.** Florianópolis, v.24,n. especial,p.251-272,jul/dez,2006.

PAPIM, A.A.P.; SANCHES, K.G. **Autismo e inclusão: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo.** Lins-SP: Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2013. [Monografia]. Disponível em: <http://www.Unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56194.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

PEREIRA, C. C. et.,al. **Alfabetização: métodos e algumas reflexões.** Caldas Novas: UNICALDAS, 2013.

PETERSEN, C., e Wainer, R. **Terapias cognitivas - comportamentais para crianças e adolescentes: Ciência e arte.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

PEETERS, T. **Autismo: Entendimento Teórico e Intervenção Educacional.** Rio de Janeiro: Editora Cultura Médica, 1998.

RESENDE, V. M. **Literatura Infantil e Juvenil: Vivências de Leitura e Expressão Criadora**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

SOUSA, A. C. G. de. **A biblioterapia como alternativa terapêutica no tratamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. 2016. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

UNESCO, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const-escolasinclusivas ; Acesso em: 31 mar. 2024.

VIGOTSKI, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKI, L. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKI, Lev Semyonovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2014.

ZARDO, S. P.; FREITAS, S.N. A literatura infantil como auxílio pedagógico para uma educação inclusiva. **Revista Partes** - Revista virtual do leitor, São Paulo – SP, Ano IV, N.46, jun.2004. Disponível em: <<https://www.partes.com.br/ed46/educacao2.as>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola**. 11 ed. São Paulo: Global, 2003.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por me permitir concluir este ciclo, guiar e proteger durante toda a jornada, sua misericórdia nunca faltou em minha vida.

À minha mãe, Vanda, por ser a minha principal incentivadora e fonte de inspiração, que estar ao meu lado em todos os momentos, obrigada por tudo e por tanto. Ao meu pai, Irionaldo, por sempre me incentivar a ir em busca dos meus objetivos para alcançar voos mais altos. À minha irmã, Laryssa, por dividir sonhos comigo e sempre estar ao meu lado. À minha avó, Maria Gomes, por sempre cuidar e incentivar. Vocês foram a principal fonte de inspiração para concluir esta etapa e tudo que sou e serei dedico a vocês.

Aos meus amigos que estiveram comigo desde o início do curso: Matheus Henrique, Bruna Lima, Vanessa Lima e Beatriz. Nos conhecemos durante uma pandemia em meio a um ensino remoto e desde lá nunca perdemos a conexão que criamos. Sou grata por tudo que vocês significam para mim. Agradeço, também, aos meus amigos e colegas de curso: Carlos Eduardo, Ellen Santos, Leticia Melo, Maykon Renan e Haddison Farias, pela conexão que criamos durante o curso, pelas parcerias e por todos os momentos compartilhados.

À minha orientadora e Professora, Anilda Costa Alves, pelas correções e direcionamentos ao longo do processo do TCC, por ser inspiração de determinação e coragem para os seus alunos, o meu eterno obrigada.

Ao Programa Residência Pedagógica (PRP), pertencente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade de atuar como bolsista e pelas experiências adquiridas ao longo dos 18 meses de regência, como também, a todos que compartilharam essa experiência, meu muito obrigada.

Aos mestres que pude conhecer e aprender, gratidão por todos os conhecimentos compartilhados.

Ao Centro de Humanidades (campus III), por muitas vezes ter sido minha segunda casa, lugar que levarei eternamente em meu coração. Ali vivi momentos que serão carregados eternamente comigo.